

**MOVIMENTOS DE MULHERES EM PORTUGAL:
DÉCADAS DE 70 E 80**

[Manuela Tavares, *Movimentos de Mulheres em Portugal, Décadas de 70 e 80*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, 175 pp.]

Maria José Magalhães

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Contributo imprescindível para os Estudos sobre as Mulheres e para o feminismo em Portugal, a obra de Manuela Tavares revela a importância da abertura de um mestrado em *estudos sobre as mulheres* que, felizmente, a Universidade Aberta tem realizado.

Com um prefácio de Anne Cova, a autora introduz-nos na sua pesquisa começando por referir alguns momentos charneira nos Estudos sobre as Mulheres em Portugal e de outros estudos feministas que, de alguma forma, abordam o feminismo português. Situa-nos também nas suas preocupações fundamentais, que consistem por um lado na sua intenção de inserir a sua análise “no contexto político resultante da ruptura com um regime que durante 48 anos conduziu ao isolamento do país, à impossibilidade de debate de ideias, ao obscurantismo e à imposição de todos os silêncios” (pág. 15); por outro, em adoptar uma “atitude metodológica interactiva, sem impor uma separação artificial entre investigador/a e objecto de investigação” (pág. 15); e, por último, em “dar visibilidade às movimentações de mulheres” (*idem*).

Dividida em três partes, a obra começa por tratar a “participação das mulheres nos diversos movimentos e o caminho percorrido na valorização dos seus direitos” (pág. 17). “Na vivência de uma cidadania feminina”, destaca-se a participação nos “movimentos pelo divórcio, de moradores e de trabalhadores” e “todo um caminho por onde passa a luta pela contracepção e despenalização do aborto” (pág. 18). Na segunda, “caracterizam-se as associações existentes nos anos 1970 e 80”, analisando-se “as suas origens, objectivos, áreas de intervenção” e “as plataformas de acção comum das diversas associações de mulheres, com particular destaque para o Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM)” (*idem*). Na terceira, a autora procura “situar o debate entre a igualdade e a diferença como algo que marcou os feminismos contemporâneos” (*idem*) e, referindo Karen Offen (1988), para “chegar a um conceito mais abrangente e relacional de feminismo, que clamaria por um equilíbrio paritário entre homens e mulheres com todas as esferas da vida, mas no respeito pelas diferenças” (*idem*).

“Romper o cerco — a queda do regime”, a primeira secção traz à nossa memória a primeira publicação da Cooperativa Editora das Mulheres, em 1977, *As Mulheres Rompem o Cerco*, três anos após o 25 de Abril. Com uma breve referência ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, nascido em 1914 e mandado encerrar por Salazar em 1947, precisamente quando esta organização, dirigida por Maria Lamas, ampliava a sua intervenção, a autora situa política e socialmente o contexto português caracterizando o que era o regime para as mulheres: “parir, poupar, zelar representam tarefas sublimes — as tarefas de mulher” (as palavras

são de Salazar que decerto não se dedicava às tarefas que considerava sublimes!), quando o trabalho pago fora do lar era explícita e ostensivamente desencorajado e, nas palavras de Helena Neves, “o poder, mesmo entre os sem poder, [era] paternal e marital” (pág. 22).

Sem esquecer o “processo das Três Marias”, em Maio de 1972, e contando parte de uma história que tem estado escondida, a obra regista algumas das lutas políticas e sindicais das mulheres antes do 25 de Abril e logo após a ‘revolução dos cravos’, descrevendo com pormenor e rigor diversas greves, lutas, ocupações de casas vazias, ocupações de empresas e auto-gestão, protagonizadas por colectivos de mulheres operárias por vezes sem o apoio das organizações sindicais, por vezes com a solidariedade das comunidades, apesar de operações tentadas de boicote por parte dos patrões, alguns estrangeiros, por todo o país, inclusive, na Região Autónoma da Madeira. Realça ainda a enorme participação feminina em todos os movimentos sociais, especificando que “para muitas mulheres não foi fácil ficar na fábrica para além da hora de trabalho, assumir responsabilidades nas Comissões de Gestão ou nas Comissões de Trabalhadores, lidar com a oposição dos maridos e assegurar ainda o apoio em casa” (pág. 29). Também no que diz respeito às associações de mulheres, somos guiadas por uma rigorosa e pormenorizada lista de organizações e respectivas actividades, de antes e de depois de 1974.

É ainda com bastante pormenor e rigor que surge documentada a dinâmica, nem sempre a par e muitas vezes em dessincronia, entre o movimento sindical e de trabalhadores e as lutas das mulheres, nomeadamente na luta pelo direito ao aborto. Olive Banks fala até de sentimento de ‘traição’ que as mulheres feministas marxistas e socialistas, quer em Inglaterra, quer nos Estados Unidos, sentiram quando os partidos de esquerda, no final dos anos 1970, onde elas militavam com a mesma garra que eles, deixaram claro que as reivindicações das mulheres eram para *depois*. A própria Juliet Mitchell escreveu sobre a *imagerie masculina* presente na esquerda. Terá sido este sentimento de ‘traição’ que levou à proliferação dos grupos de ‘auto-consciência’. Portanto, quando os movimentos operários e sindicais ingleses levantam as questões do aborto e contraceção, já as mulheres tinham organizações próprias para confrontarem as ‘velhas organizações’...

A conclusão vem, então, no sentido de que “Os movimentos sociais não foram portadores das reivindicações específicas das mulheres” (pág. 115). Neste aspecto, a obra parece equacionar, ou mesmo identificar, “movimentos sociais” com “visibilidade pública” e “grandes manifestações” com “grandes bandeiras de luta” (ver pág. 115). A nossa história recente, após o 25 de Abril, habituou-nos a manifestações com milhares de pessoas estrategicamente enfileiradas em conjuntos hierarquizados de palavras de ordem e de tipos de organização, protagonizados pelos partidos da esquerda portuguesa. Simultaneamente, Portugal atravessava um período de modernização, evidenciando uma classe operária com a energia de uma classe recente e em crescimento. Hoje, que as classes estão mais complexificadas e até fragmentadas, com o alargamento de uma classe ‘média’ — a ‘pequena-burguesia’ marxista — que alberga no seu interior situações muito diversas em termos de rendimento e de consciência de classe, em que assistimos a manifestações de tamanhos diferentes, de diferentes tipos e seguramente sem objectivos estratégicos, na

sua maioria, apenas pontuais, veremos se passamos, como alguns sociólogos, a afirmar que em Portugal não há movimentos sociais ou se, pelo contrário, nos dispomos a conhecer melhor o carácter e a actuação dos movimentos sociais em situações de ‘normalidade’, isto é, sem ‘crise revolucionária’.

Entre as várias contribuições da obra, é particularmente relevante o capítulo segundo, onde, com o título “Pela contraceção e legalização do aborto”, a investigadora documenta que “a luta pela contraceção e legalização do aborto só ganha peso real na sociedade portuguesa a partir de 1979/80, prolongando-se até 1984” (pág. 45), apesar do trabalho desenvolvido por diversas associações desde 1974, entre as quais refere o MLM, o MCALG, onde, com depoimentos desde Madalena Barbosa e Maria Teresa Horta a muitas outras, ficam claros a imensa luta e o grande percurso desenvolvido, desde a discordância perante organizações que não queriam abordar a questão até ao trabalho de base junto de diversas comunidades, no sentido da “abolição da lei fascista sobre o aborto, difusão de contraceptivos nas escolas, bairros, fábricas, zonas rurais; informação sexual livre de todos os preconceitos pseudo-moralistas; não ao aborto unicamente terapêutico decidido por juntas médicas”. Refere ainda momentos importantes do que foi a grande mobilização em torno desta reivindicação fundamental para a emancipação e libertação das mulheres” (pág. 46-47), onde se inclui a referência ao processo que atingiu Maria Antónia Palla devido à sua coragem de levar a questão para a televisão. A grande mobilização sobre esta questão ficou conhecida pelo nome de uma organização de âmbito nacional que constituía uma plataforma comum entre diversas organizações, “CNAC — Campanha Nacional pelo Aborto e Contraceção”, integrando o MLM, IDM, UMAR, Grupo Autónomo de Mulheres do Porto, Grupo de Mulheres da AAC e mulheres a título individual.

É também de salientar o terceiro capítulo sobre “Os Feminismos em Portugal, nos anos 1970 e 80”, onde são documentadas as diferentes correntes e perspectivas presentes na época. Começa, assim, por caracterizar o feminismo radical — “a afirmação numa base social limitada” — com os trabalhos de Shulamith Firestone e Kate Millet, identificando esta corrente com os grupos MLM, CEM/IDM, GMP, GAMP, GM da AAC, Grupo As Bruxas. No entanto, uma questão a levantar consiste no porquê equacionar ou identificar a corrente radical apenas com *Dialectic of Sex e Política Sexual*, sem ter em conta a sua evolução até aos anos 1990. Para esta perspectiva feminista, foram também importantes a afirmação e as tentativas de concretização de novas formas de organizar o quotidiano, novos estilos de fazer e estar na política, estes consubstanciados na rejeição activa de submeter *toda* a acção política a campanhas, na recusa das formas tradicionais de liderança, etc. Estes aspectos continuam dimensões importantes do debate e intervenção feministas.

A autora contesta a inclusão, nesta vertente radical do feminismo, de associações como a REDE ou o Grupo de Mulheres de Lourosa, como escrevi na obra por mim elaborada (*Movimento Feminista e Educação, Portugal, Anos 1970 e 80*, publicada na Celta Editora). Considera que “o conjunto de associações que assumiam uma linha mais virada para a conscientização das mulheres (GRAAL, GML, REDE e MAPA) constituem uma outra forma de assumir as questões do feminismo. (...) tiveram uma intervenção muito virada para a reflexão cultural e para projectos

locais que as ajudassem a construir novos percursos de vida para as mulheres, mas não se envolveram no assumir público dos direitos políticos e sociais das mulheres e estiveram fora da luta pela contracepção e aborto." (pág. 93-94). Mas a autora não chega a caracterizar esta "outra forma de ver o feminismo", na medida em que, segundo a pesquisa efectuada, "não consubstanciaram uma corrente própria. Apesar de existirem traços comuns na sua actuação, muito virada para a conscientização e reflexão em pequenos grupos de mulheres ligadas a dinâmicas locais de intervenção, não se configura, no entanto, a existência de uma corrente teórica cristã ou católica com base no feminismo. A acção católica teria sido, antes de mais, segundo a Eng.^a Lourdes Pintasilgo, "uma escola de liderança para muitas mulheres" (pág. 120).

Para Manuela Tavares, o feminismo socialista/marxista — "da insuficiência teórica ao primado da acção" — "baseia a sua análise nas contradições de classe como motor da história, valorizando também as contradições de género" (pág. 94). A autora pergunta-se se "terá existido em Portugal uma corrente feminista/marxista?" Questiona o facto de a autora destas linhas ter identificado organizações como o MDM e a UMAR com esta corrente, visto que, "apesar destas associações se inserirem nesta área em termos de acção e de conteúdo do discurso, elas não se assumiram como tal" (pág. 96). Cita Helena Neves que afirma ter havido "mulheres feministas no MDM mas o MDM não foi um movimento feminista" (pág. 97).

A investigadora identifica um feminismo liberal apenas nos finais dos anos 1980, colocando a tónica da sua intervenção "na obtenção de direitos consignados juridicamente no quadro da actual sociedade".

Quanto ao pós-feminismo — termo por vezes utilizado para designar a ideia de que o movimento feminista estaria ultrapassado, ou para expressar o feminismo na pós-modernidade — a obra referencia Virgínia Ferreira que a este feminismo na pós-modernidade chama 'feminismo da resistência' (pág. 107-108).

Apesquisa documenta uma *cidadania feminina* que "surgiu através de um processo anterior às próprias alterações legislativas. Ela consubstanciou-se na enorme participação das mulheres em todas as movimentações sociais: nos bairros, organizando-se em associações de moradores, ocupando casas para viver, construindo creches, reivindicando caminhos ou fontanários; nas campanhas de alfabetização; nas colectividades de cultura e recreio; nas terras ocupadas do Alentejo; nas comissões de base de saúde; nas empresas, lutando pelo direito ao emprego, gerindo fábricas abandonadas pelos patrões; nos sindicatos, reivindicando salário igual para trabalho igual" (pág. 113). Podíamos aqui questionar como parece passar de um nível zero de cidadania feminina no regime fascista para uma cidadania plena após o 25 de Abril. É evidente que a revolução dos cravos trouxe alterações radicais. No entanto, mesmo no salazarismo, poder-se-ia analisar, em Portugal, o que algumas autoras caracterizam noutros países quando falam de cidadania parcial ou ainda mitigada sobretudo pela ênfase na maternidade. Da mesma forma, após 1974, o que é certo é que nem a representatividade nas tomadas de decisão e nos cargos, nem o espaço doméstico eram terrenos de cidadania feminina. Portanto, também aí se poderia falar, embora de outra forma, de cidadania *ainda* parcial.

É, aliás, a investigadora que salienta estas disparidades entre a participação

"na rua" e os seus números nos organismos de tomada de decisão e regista também "... um acentuar das contradições entre o papel mais activo que as mulheres queriam desempenhar na sociedade e os entraves existentes na família" (pág. 113).

Um ponto polémico da obra diz respeito à sua análise, segundo a qual "as profundas alterações legislativas ocorridas foram fruto de um processo revolucionário, em que muitas leis surgiam para legitimar situações de facto adquiridas. (...) Não sendo fruto de um movimento específico das mulheres, mas sim de um contexto político de democratização do país, essas alterações não deixaram de reflectir a enorme participação das mulheres nas principais transformações vividas no período posterior ao 25 de Abril. Foi essa visível presença que tornaria impraticável quaisquer alterações no quadro jurídico de então, sem tomar em conta a igualdade de oportunidades e direitos entre mulheres e homens" (pág. 113-114). Outras análises têm-nos mostrado o importante papel desempenhado por mulheres feministas, nesta época, em prol das alterações legislativas relativas à situação das mulheres ou ainda de programas de *positive action*, ou "discriminação positiva", levados a cabo por algumas mulheres identificadas ideologicamente com o liberalismo.

Manuela Tavares escreve que "ao contrário do que é comum dizer-se, existiram organizações de mulheres intervenientes nos anos 1970". Acrescenta que "é um facto que nem sempre ideias feministas claramente assumidas estiveram na base de actuação das organizações de mulheres. Porém, não se pode negar o papel desempenhado por algumas organizações que, não se reivindicando de forma aberta como feministas, tiveram uma intervenção que marcou alguns trajectos da evolução das mulheres em Portugal. Nuns casos, actuando no meio rural em projectos de animação social e cultural, em grupos de reflexão e de conscientização, como o GRAAL, a REDE, o MAPA e outros grupos locais como o GML. Noutros casos, actuando por todo o país em torno de inúmeras questões (...) o MDM ou ainda, no caso da UMAR, na luta pelo aborto, contra o tráfico de mulheres ou denunciando as discriminações no trabalho. A documentação recolhida junto destas associações dá-nos conta de uma regularidade de intervenção e de um manancial de acções importantes que não se coadunam com visões minimalistas, redutoras da actuação destas associações a acções satélites dos partidos onde tiveram origem" (pág. 116).

Nesta ordem de ideias e "em jeito de síntese final", a investigadora afirma que "nos anos 1970 e 80, existiu movimento feminista em Portugal, corporizado através de diversas correntes. Inserido no nosso tempo histórico, que não era o da Europa ou o dos EUA, o feminismo português não teve espaço para se transformar num movimento de amplas massas de mulheres. O 25 de Abril representou uma enorme explosão democrática de um povo subjugado, durante 48 anos, a um regime fascista, onde o totalitarismo e o obscurantismo se fizeram sentir sobre a vida de milhares de mulheres" (pág. 122).

Seria interessante reflectir sobre o estatuto epistemológico das entrevistas, nesta investigação. A autora considera a realização de entrevistas como "uma forma de não deixar morrer a memória individual e colectiva das pessoas, e de motivar a reflexão sobre interrogações" (pág. 17). No entanto, podemos perguntar-nos se as entrevistas não podem também constituir um meio importante para chegar

àquela parte da realidade social que, por ser dominada, não é alvo de tantos registos documentais.

Fica-nos a perspectiva de que esta obra, como a própria autora afirma, “venha a levantar novas interrogações, outros caminhos de análise e desperte novos interesses para as inúmeras áreas de pesquisa dos Estudos sobre as Mulheres que estão abertas em Portugal”, e isto significa que esta área de investigação vai abrindo horizontes.